

(RE)SIGNIFICANDO A INTERDISCIPLINARIDADE E OS TEMAS TRANSVERSAIS CONTEMPORÂNEOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL À LUZ DA BNCC

Marcos Aurélio da Silva Sousa ¹
Geralda Maria de Bem ²
Cosmo Francisco de Lima ³
Danielle Alves Dantas ⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a interdisciplinaridade e os temas transversais contemporâneos no Ensino Fundamental - Anos Iniciais – consonante com as orientações da Base Nacional Comum Curricular, estabelecendo sua inter-relação como o Projeto Político Pedagógico da escola. Para realização desse estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica das obras: Thiesen (2008), Veiga (1995) que conversam sobre a temática discutida, além da Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2017), Temas Contemporâneos Transversais, TCTs (2019) entre outras normativas que abordam sobre os processos educativos viabilizando garantias da efetivação do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). O texto possibilitou a compreensão da importância de um trabalho pedagógico na perspectiva da interdisciplinaridade e dos temas transversais contemporâneos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (2017), considerando, nesse contexto, as especificidades dos estudantes. Nesse sentido, chega-se à compreensão que estamos diante de uma alternativa viável, tendo em vista que dá sentido aos objetos de conhecimentos trabalhados garantindo um processo de aprendizagem eficaz.

Palavras-chave: Anos Iniciais. Interdisciplinaridade. Base Nacional Comum Curricular. Temas Transversais Contemporâneos.

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em refletir sobre a interdisciplinaridade e os temas transversais contemporâneos no Ensino Fundamental - Anos Iniciais – consonante com as orientações da Base Nacional Comum Curricular, estabelecendo sua inter-relação como o Projeto Político Pedagógico da escola. Assim, no que se refere a forma como foi organizado este texto, a princípio, levantaremos a discussão sobre a importância da interdisciplinaridade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por conseguinte, nos debruçaremos no entendimento de Thiesen (2008)

¹ Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professor da Rede Estadual de Educação da Paraíba – PB. E-mail: marcos.sousa4@professor.pb.gov.br;

² Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professora da Rede Municipal de Pau dos Ferros – RN. E-mail: geraldabem@hotmail.com;

³ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba–UEPB. Email: cosmolima21@gmail.com ;

⁴ Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora da Estadual da Educação da Paraíba. E-mail: danielle.dantas1@professor.pb.gov.br ;

que traz o embasamento teórico necessário que muito contribui com a efetivação do processo de ensino e aprendizagem nessa fase de ensino. Posteriormente, trataremos sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), com foco na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, tendo como cerne principal o domínio das aprendizagens essenciais a serem dominadas pelos estudantes.

Posteriormente, discutiremos sobre os temas contemporâneos transversais, também, presentes na BNCC, assim como, a atuação do professor e sua inter-relação com a equipe administrativa e pedagógica da escola. Nessa direção, nos apoiaremos nas concepções de Thiesen (2008), Veiga (1995) e Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2017), assim como nos Temas Contemporâneos Transversais, TCTs (2019).

Logo, é importante enfatizar que este texto trará reflexões sobre a pertinência de estarmos atentos as frequentes mudanças que acontecem nos processos educativos de modo a atendermos as expectativas dessa fase da Educação Básica

METODOLOGIA

Para realização desse estudo, utilizamos a pesquisa bibliográfica das obras: Thiesen (2008), Veiga (1995) que conversam sobre a temática discutida, além da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), Temas Contemporâneos Transversais – TCTs (2019) entre outras normativas que rezam sobre os processos educativos que possibilitam garantias da efetivação do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), considerando possíveis impactos de migração de uma etapa/nível para outra.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A interdisciplinaridade e o processo de ensino-aprendizagem

O contexto educacional mundial, com ênfase no brasileiro, vem passando por constantes transformações, sinalizando a necessidade de um olhar atento às demandas voltadas as diferentes etapas de educação constituintes da Educação Básica, responsáveis pela formação integral dos estudantes.

Considerando essas etapas conforme a legislação brasileira, a saber: Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, assim como Ensino Médio, devemos estar atentos as particularidades que as contemplam, inclusive, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que desta feita recebe as crianças da etapa anterior e entrega a subseqüente.

Nesse sentido, deve-se pensar na transição entre essas etapas e/ou níveis de modo que os estudantes não sejam afetados de forma brusca com a ruptura, resultando em defasagens na sua aprendizagem.

Faz-se necessário enfatizar que, desde muito tempo, estudiosos em educação, discutem sobre diferentes caminhos e estratégias para se alcançar resultados significativos nos processos de ensino e aprendizagem. Dentre essas discussões, pontuamos a interdisciplinaridade como fonte de debates no cenário das teorias curriculares e epistemológicas, sinalizando como uma alternativa, considerada por muitos como viável na consolidação do conhecimento dos estudantes.

Para Thiesen (2008, p. 546), “a interdisciplinaridade, como um movimento contemporâneo que emerge na perspectiva da dialogicidade e da integração das ciências e do conhecimento, vem buscando romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes”. Nessa direção, faz-se necessário compreender que a integração de saberes advindos dos diferentes componentes curriculares configura-se como característica eminente dos processos interdisciplinares que podem ser vistos como um dos caminhos que possivelmente, culminam na aquisição e construção do saber frente as peculiaridades dos estudantes.

Para reafirmar a importância dessa integração no que diz respeito a interdisciplinaridade, torna-se compreensível que há o intercâmbio mútuo de múltiplos conhecimentos de forma recíproca e coordenada, num viés metodológico, consolidando a integração de resultados e, embora se respeite os interesses próprios de cada componente curricular, abre-se possibilidades para soluções dos seus próprios problemas através da articulação com as outros componentes curriculares.

Em respeito a essa compreensão, haveremos de concordar que o trabalho interdisciplinar possibilita a colaboração de várias especialidades, denotando conhecimentos e qualificações diferentes durante o processo de construção dos saberes. Assim, a integração se torna imprescindível para que o conhecimento e as habilidades alcancem a amplitude do sujeito em formação, tornando-se uma abordagem integral para o processo educativo.

Nesse sentido, ainda segundo Thiesen (2008, p. 550-551),

[...] a interdisciplinaridade está sendo entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. A ação interdisciplinar é contrária a qualquer homogeneização e/ou enquadramento conceitual. Faz-se necessário o desmantelamento das fronteiras artificiais do conhecimento. Um processo educativo desenvolvido na perspectiva interdisciplinar possibilita o aprofundamento da compreensão da relação

entre teoria e prática, contribui para uma formação mais crítica, criativa e responsável e coloca escola e educadores diante de novos desafios tanto no plano ontológico quanto no plano epistemológico.

Sendo assim, não tem como dissociar essa articulação de saberes a partir da interdisciplinaridade logo cedo. É exatamente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que a criança deve dá conta dos processos de alfabetização e letramento. Deve-se entender que a forma como essa construção acontece é decisiva na formação dessa criança frente aos desafios vindouros, assim como, quanto a sua formação integral.

Pensando dessa forma, o autor aponta a necessidade de se estabelecer uma relação intrínseca entre a teoria e a prática, deixando claro que uma ação docente interdisciplinar contribua, significativamente, para a efetivação dessa relação, de modo que a formação do sujeito se efetiva a partir do que é real e palpável tendo um sentido para a sua vida.

Nesse cenário, faz-se necessário que a escola considere as especificidades dos estudantes, atentando para os diferentes contextos, enxergando que o seu estudante é desafiado ao contato direto com o novo. Nesse processo, o professor deve desenvolver com muita responsabilidade o papel de orientador do desenvolvimento e da aprendizagem tendo como norte da sua prática, dentre outras alternativas, a interdisciplinaridade.

Abordagem dos temas transversais contemporâneos da BNCC

Considerando o contexto educacional contemporâneo, muito se discute sobre transversalidade. Este termo pode ser entendido, em oposição ao que se entende como fragmentação, ou seja, transcende e ao mesmo tempo integra de forma harmoniosa os conhecimentos advindos das diferentes áreas. De acordo com, Brasil (2017, p. 04), “transversalidade é um princípio que desencadeia metodologias modificadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica”.

Nesse sentido, a transversalidade tem como finalidade organizar, sistematicamente, as ações didáticas, viabilizando a integração da rotina docente respeitando, dentro do contexto de ensino, as especificidades dos estudantes. A transversalidade exige um olhar atento às estratégias adotadas pelo professor ao propor os diferentes objetos de conhecimento.

Os Temas Contemporâneos Transversais – TCTs devem ser trabalhados na escola, justamente porque tem como principal objetivo “explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e

contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC” (BRASIL, 2017, p. 6).

A integração entre Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) e as práticas pedagógicas, dar sentido ao que se espera que o estudante aprenda e ao mesmo tempo possibilita ao professor a busca de melhores estratégias de trabalho para alcançar o êxito na aprendizagem. Assim, os TCTs configuram-se como um norte para tornar esse sentido real para os objetos do conhecimento que estão sendo abordados em sala de aula, oportunizando o desenvolvimento das aprendizagens essenciais dialogando com a própria realidade do estudante.

Conforme análise do Guia Prático que nos apresenta os TCTs, vemos que, Meio Ambiente, Saúde, Cidadania e Civismo e Multiculturalismo, podem ser trabalhados no curso de graduação em Pedagogia, considerando que, o público-alvo das Etapas, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é atendido diretamente pelas normativas dessa licenciatura. Assim posto, evidencia-se que, os temas supracitados se alinham, mais diretamente, as aprendizagens essenciais a serem alcançadas pelas crianças. Nesse sentido, conforme Brasil (2006, p. 11)

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Diante dessa compreensão, entende-se que os demais temas, apresentados no guia prático, a saber, economia, ciência e tecnologia, também podem ser trabalhados, pois, não se deve estabelecer limites de reflexões nas diferentes etapas da Educação Básica, ou até mesmo no Ensino Superior, uma vez que, a Pedagogia enquanto ciência, está presente em todas as esferas da educação.

Mediante o guia, “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Proposta de Práticas de Implementação” (BRASIL, 2019), os quatro pilares, são: Problematização da realidade e das situações de aprendizagem; Superação da concepção fragmentada do conhecimento para uma visão sistêmica; Integração das habilidades e competências curriculares à resolução de problemas; Promoção de um processo educativo continuado e do conhecimento como uma construção coletiva.

Para tanto, ao trabalhar com esses pilares, a escola tem a oportunidade de apresentar aos seus estudantes o desenvolvimento das aprendizagens essenciais de forma contextualizada, do qual, através das abordagens, interdisciplinar e da transdisciplinar os desafios da contemporaneidade no processo de ensino e aprendizagem sejam superados.

A ação docente a partir da Base Nacional Comum Curricular e sua inter-relação com o Projeto Político Pedagógico

Entende-se que o Projeto Político Pedagógico se configura como um documento normativo que rege o caminho educacional seguido pela instituição escolar. A sua elaboração deve acontecer de forma democrática onde a comunidade escolar participa, ativamente, da sua construção. É um projeto pedagógico produzido, totalmente, dialógico com os marcos legais que norteiam a educação brasileira, a saber, Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), entre outras normativas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), deve ser idealizado conforme a realidade escolar, ou seja, é um documento que tem a sua “cara”. É exatamente nesse documento que, se define as políticas de gestão, onde se estabelece a missão, visão, princípios e as finalidades educativas para estudantes e professores.

No que concerne a estrutura do documento faz-se necessário enfatizar a importância da inserção de informações sobre a proposta curricular da escola, rotina, normas de conduta, orientações para os pais/responsáveis, práticas pedagógicas complementares, plataformas digitais, processo de avaliação, assim como, outras informações necessárias a efetivação de um processo de ensino-aprendizagem integral para os estudantes. Conforme Veiga (1995, p. 12).

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Sendo assim, faz-se necessário entender que o Projeto Político Pedagógico se configura como um documento vivo, não engessado e que todos da instituição escolar necessitam ter ciência das suas reais atribuições, cumprindo com muita responsabilidade as normas estabelecidas de modo que, as ações vivenciadas aconteçam de forma organizada.

Nesse sentido, a escola deve estar atenta as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e isso deve estar presente no PPP, assim como os seus processos avaliativos.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular, competência pode ser compreendida como a mobilização de conhecimentos, sejam eles a partir de conceitos procedimentos, habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes, valores para resolver demandas da vida cotidiana dos estudantes, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017).

Para que isso se alcance, a escola deve conhecer a realidade dos seus estudantes em diferentes contextos, propondo situações de aprendizagem por meio de competências de modo que essas competências sejam adquiridas ao longo de toda Educação Básica. Diante dessa compreensão, entende-se que os estudantes assumem uma posição de sujeitos mais ativos no processo de aquisição de conhecimentos, ou seja, nesse novo cenário, o estudante assume um papel mais participativo, construindo e expondo argumentos e tomando posição nos princípios e valores. Por isso, o PPP necessita estar alinhando com este documento que assume uma posição, extremamente, importante no processo de ensino-aprendizagem, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde os estudantes estabelecem uma relação mais estreita com as práticas de linguagem/unidades temáticas.

Quanto à avaliação, há a necessidade de uma maior reflexão frente aos diferentes níveis de aprendizagem, e para tanto, é relevante estabelecer critérios de modo que atenda todos os estudantes de acordo com suas especificidades, inclusive, os que possuem alguma deficiência. Assim posto, a escola deve promover nas práticas de avaliação os princípios de igualdade e equidade. No PPP, os critérios de avaliação, assim como os de recuperação das aprendizagens essenciais, a partir das habilidades trabalhadas devem se apresentar de maneira muito clara de modo que toda comunidade escolar conheça e seja partícipe do processo.

A BNCC vem propor ao cenário educacional brasileiro novos rumos que possibilitam aos docentes e estudantes caminhos inovadores que resultem em um processo de ensino e aprendizagem com significados favoráveis, e desta vez, trazendo discussões sem fragmentações, contemplando toda a Educação Básica.

Um grande diferencial da BNCC é, justamente, estabelecer conexões entre as mudanças de níveis sem causar danos na aprendizagem dos estudantes, ou seja, o estudante consegue migrar da educação infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental sem “sofrer” impactos com a ruptura e, pode-se entender que, uma das razões para que isso aconteça se dá pelo fato da base ser idealizada ancorada em competências gerais que permeiam todas as etapas da Educação Básica. De certo, a interdisciplinaridade contribui,

significativamente para amenizar esses impactos.

Quanto aos principais desafios da atuação do professor nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir das regulamentações apresentadas na BNCC, podemos elencar diversos, dentre eles citamos, o trabalho com situações lúdicas, a articulação entre os componentes curriculares, a vivência na educação infantil, sistematizando e ampliando as experiências dos conhecimentos adquiridos, quando, ao chegar nos anos iniciais haja, por parte do estudante, o interesse pela pesquisa. Outro desafio evidente é a rotina na escola desde a chegada à recepção, tendo em vista que a afetividade é essencial, pois influencia no prazer de estar em sala de aula.

Além os desafios supracitados existem momentos vivenciados pelo docente que se configuram como desafiadores, a saber: oportunizar espaço para o estudante se colocar dentro das situações de aprendizagem, utilizando diferentes estratégias de ensino e avaliação, corrigir as atividades e verificar se, de fato o estudante compreendeu, assim como, falar para o estudante o que vai fazer amanhã, além de criar estratégias de interação com as famílias, assim como, com os demais professores e equipe pedagógica. Outro grande desafio é conhecer as diferentes áreas dentro da BNCC e levar o estudante a desenvolver competências.

Convém ressaltar que, dentro desse contexto, a equipe pedagógica exerce uma função essencial no processo educativo, sempre dando ênfase durante os processos, a função social da escola. Nesse ínterim, o pedagogo deve direcionar ações que resultem no sucesso dos estudantes, assim como dos docentes. Assim, faz-se necessário saber quem são os estudantes e o entorno da instituição escolar, a fim de demandar ações pedagógicas que estejam em consonância com as especificidades dos discentes.

Na perspectiva de orientação do professor alinhados ao que rege o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Curricular, a equipe pedagógica deverá sempre pensar na ótica da integração, fortalecendo as relações interpessoais, considerando que a escola é um espaço de contradição e conflitos, por ser dinâmica e viva. O pedagogo media e busca integração diante das divergências.

Outro fator importante a ser considerado pelo pedagogo, diz respeito ao domínio dos marcos legais, além da necessidade de entender sobre as instâncias colegiadas – Conselho escolar, Grêmios estudantis, entre outras. Nesse sentido, o suporte teórico e prático é essencial para ajudar os professores quando necessário, assim como, entender sobre as necessidades dos estudantes, buscar acompanhamento e estabelecendo relação com as famílias.

Dentre as atribuições da equipe administrativa, vemos que, o acompanhamento do desempenho dos estudantes, torna-se essencial para a obtenção de bons resultados. Assim, o gestor deverá propor estratégias mediante dificuldades dos estudantes junto a equipe

pedagógica para se alcançar o bom êxito.

Entende-se que a gestão não se limita somente ao âmbito administrativo. A participação ativa no âmbito pedagógico de forma coletiva com os demais atores do processo faz-se necessário, além de elaboração de um plano de ação com toda equipe escolar, valorizando a gestão democrática de forma colaborativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as reflexões realizadas nas leituras propostas no estudo nos convencemos que o ambiente escolar é um espaço de renovação constante onde o docente tem a oportunidade os conhecimentos adquiridos no seu processo formativo desde os conhecimentos teóricos, assim como, os conhecimentos adquiridos no chão da sala de aula.

As discussões levantadas neste texto, contribuíram, significativamente, para entendermos sobre a necessidade de se conhecer as especificidades da escola e seu entorno, a fim criar estratégias que deem sentido a aprendizagem das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Assim sendo, as reflexões aqui realizadas nos motivaram a ter um olhar mais atento quanto às demandas necessárias a serem desenvolvidas nessa fase da educação, nos sensibilizando quanto aos diversos desafios que, cotidianamente, são enfrentados.

Compreendemos, a partir desse estudo, a necessidade de termos domínio dos marcos legais que norteiam as ações da escola, desde o Projeto Político Pedagógico (PPP), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e demais documentos normativos que regem a educação brasileira. Assim posto, aponta-se a necessidade da elaboração de planos de aula com foco em metodologias que nos coloque diante das reais necessidades da escola, frente aos grandes desafios que, rotineiramente se enfrenta.

Em vista dos argumentos apresentados, ressaltamos que a interdisciplinaridade e os temas transversais contemporâneos quanto abordados em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (2017), bem como, com as especificidades e contexto dos estudantes, configura-se como uma alternativa viável, tendo em vista que dá sentido aos objetos de conhecimentos trabalhados em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf. Acesso em: 30 de abril. 2021.



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: Proposta de Práticas de Implementação. MEC, 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 30 de abril. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

THIESEN, Juares S. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.